

A MONOSSEXUALIDADE EM DEBATE: CLASSIFICAÇÕES E GENEALOGIAS POSSÍVEIS

Inácio Saldanha¹

RESUMO: A categoria “monossexual” apareceu no cenário político brasileiro nos últimos anos, especialmente a partir dos debates promovidos pelo movimento bissexual e as pesquisas contemporâneas sobre bissexualidade. Ainda há, porém, pouca reflexão sistemática sobre sua circulação, seus usos e as classificações induzidas por essa categoria no âmbito do gênero e da sexualidade. Para contribuir para este fim, realizei uma revisão da bibliografia científica e ativista, internacional e brasileira, e a analiso de forma a identificar os processos históricos de mudança nos quais a emergência da categoria “monossexual” se insere e interfere. Em vez de apenas uma criação do movimento bissexual, a categoria “monossexual” é de uma distante origem científica e tem apropriações recentes que nem sempre se restringem a seus usos políticos, inclusive no Brasil. Sua recepção, por sua vez, tem sido uma peça importante em um contexto de emergência de novos atores políticos e negociações de movimentos sociais que envolvem a formação de novos níveis classificatórios da sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e sexualidade. Movimento LGBTQIAP+. Bissexualidade. Monossexualidade.

MONOSEXUALITY UNDER DEBATE: POSSIBLE CLASSIFICATIONS AND GENEALOGIES

ABSTRACT: The “monosexual” category has appeared on the Brazilian political context in recent years, especially in the debates promoted by the bisexual movement

¹ Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: inaciosants@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2188-9905>.

and contemporary bisexuality research. However, there is a lack of systematic reflection on its circulation, its uses and the classifications induced by this category in relation to gender and sexuality. To this end, I reviewed the scientific and activist bibliography from Brazil and worldwide to analyze it, identifying the historical processes of change in which the emergence of the “monosexual” category is situated and interferes. Rather than being a new creation of the bisexual movement, the “monosexual” category has a distant scientific origin and has recent appropriations that are not always restricted to its political uses, including in Brazil. Its instrumentalization has been an important piece to the emergence of new political actors and social movement negotiations involving the formation of new classificatory levels of sexuality.

KEYWORDS: Gender and sexuality. LGBTQIAP+ Movement. Bisexuality. Monosexuality.

LA MONOSEXUALIDAD EN DEBATE: CLASIFICACIONES Y POSIBLES GENEALOGÍAS

RESUMEN: La categoría “monosexual” ha aparecido en la escena política brasileña en los últimos años, especialmente como resultado de los debates promovidos por el movimiento bisexual y las investigaciones contemporáneas sobre la bisexualidad. Sin embargo, todavía hay poca reflexión sistemática sobre su circulación, sus usos y las clasificaciones inducidas por esta categoría en el contexto del género y la sexualidad. Para ello, he revisado la bibliografía científica y activista, internacional y brasileña, y la he analizado con el fin de identificar los procesos históricos de cambio en los que se inserta e interfiere el surgimiento de la categoría “monosexual”. Más que una creación del movimiento bisexual, la categoría “monosexual” tiene un origen científico lejano y apropiaciones recientes que no siempre se restringen a sus usos políticos, incluso en Brasil. Su recepción, sin embargo, ha sido una pieza importante en un contexto de surgimiento de nuevos actores políticos y negociaciones de movimientos sociales que implican la formación de nuevos niveles clasificatorios de la sexualidad.

PALABRAS CLAVE: Género y sexualidad. Movimiento LGBTQIAP+. Bisexualidad. Monosexualidad.

INTRODUÇÃO

Este texto foi pensado a partir de uma roda de conversa sobre direitos LGBTI+² realizada na Universidade do Estado do Pará (UEPA), em Belém, em 2018. Na ocasião, se iniciou uma breve polêmica em relação ao termo “bifobia”, usado para se referir a um conjunto de violências voltadas especificamente para as pessoas bissexuais. Uma das pessoas presentes, ativista lésbica, afirmou que para ela não existia algo como um processo de opressão ou uma série de violências específicas contra pessoas bissexuais. Ao apresentar sua posição, a pessoa fez uma pausa e uma careta ao pronunciar o termo “monossexual”, que a incomodava e lhe parecia uma criação recente daqueles que defendem a existência da bifobia, unindo de forma injusta homossexuais e heterossexuais como beneficiados por uma suposta opressão.

A etimologia é clara, embora um tanto difusa. “Homossexual” (do prefixo grego *ὁμός* ou *homós*: “mesmo” ou “semelhante”) é a pessoa que sente atração pelo mesmo sexo ou gênero. Em oposição, o “heterossexual” (do grego *ἕτερος* ou *héteros*: “outro”, “diferente”) sente por um sexo ou gênero que não o seu próprio. O “bissexual” sentiria por ambos, e o “monossexual” (do grego *μόνος* ou *mónos*: “único”), em oposição a este último, sentiria por apenas um. O movimento bissexual contemporâneo vem adotando definições de “bissexualidade” que contemplem pessoas de gênero não-binário com a emergência dessa identidade nas últimas décadas. Ainda assim, há uma tentativa de manter a conexão semântica com o prefixo bi (não do grego, mas do latim *bis*: “duas vezes”), em certas definições da bissexualidade como a atração pelo mesmo gênero e por outros (EISNER, 2013). Para além de uma descrição de categorias, porém, a classificação que opera com a introdução da ideia de “monossexualidade” envolve, como no episódio descrito acima, noções como “violência” e “opressão”, que ganham sentido político contextualmente. Pensando com Émile Durkheim e Marcel Mauss (1969), entendo que há uma variedade de

² Utilizo, ao longo do texto, a forma da sigla de cada contexto ao qual me refiro. Especialmente no que diz respeito ao ativismo, falo em movimento homossexual, GLBT, LGBT, LGBTQ, LGBTI+ e LGBTQIAP+.

ordens, graus e sentidos entre as categorias, e que é através dessas relações que uma determinada classificação ganha forma no contexto social.

A categoria “monossexual” emergiu no cenário político brasileiro principalmente a partir da década de 2010, tornando-se importante para os debates desenvolvidos pelo movimento bissexual no país e pelas pesquisas contemporâneas sobre bissexualidade. Para a antropóloga Regina Facchini (2018), a mobilização dessa categoria pelo ativismo de bi e pansexuais pode ser comparada à emergência, no mesmo período, da categoria “cisgênero” pelo transfeminismo nacional. Se “cisgênero” é uma forma de descrever quem não é trans, identificando-se com o gênero atribuído ao nascimento, “monossexual” também seria um meio de nomear um tipo de normatividade: quem se atrai por pessoas de apenas um gênero estaria, assim, cumprindo uma determinada expectativa. Embora certamente não tenha obtido o mesmo alcance e resistência que a categoria “cisgênero” no Brasil, trata-se de uma nomeação particularmente controversa por agrupar heterossexuais, gays e lésbicas em uma mesma tipologia, ou, ao criticar a circunscrição da sexualidade a uma oposição binária, mobilizar uma segunda oposição.

Essa crítica não aparece apenas entre os interlocutores que o ativismo bissexual encontra no âmbito do movimento LGBTQIAP+ e dos seus diálogos socioestatais. A pesquisadora inglesa Clare Hemmings (2002), em um amplo estudo sobre espacialidades bissexuais, argumentou que o uso da categoria “monossexual” apaga as diferenças entre gays, lésbicas e homens e mulheres heterossexuais, ignorando as hierarquias sociais e igualando as dinâmicas de poder em torno de gênero e sexualidade. Ainda há, porém, pouca reflexão sistemática sobre a circulação dessa categoria, seus múltiplos usos e as classificações que induz no âmbito do gênero e da sexualidade.

Como defendeu o filósofo Ian Hacking (1999), as mudanças na apreensão da realidade podem ser estudadas quando analisamos os atores que as operam, as categorias que são produzidas para essa operação e os contextos em que essas mudanças ganham forma. Para contribuir para este debate, utilizo uma revisão de bibliografia científica e ativista, internacional e brasileira, sobre bissexualidade que realizo em múltiplas

bases, analisando a forma pela qual a categoria “monossexual” é abordada. Acrescento dados relativos à minha participação e observação em eventos recentes como ativista ou pesquisador. Desde a época em que a roda de conversa foi realizada em Belém, tenho me comprometido em um projeto coletivo de visibilização das discussões sobre bissexualidade no Brasil, que envolve a promoção de eventos, encaminhamento de demandas sociais, elaboração de documentos, criação de redes e realização e difusão de pesquisas. Não tenho espaço neste artigo, infelizmente, para elaborar sobre as diversas implicações teóricas e metodológicas que minha posição tem na produção de conhecimento da qual tomo parte, embora a veja como produtiva (HARAWAY, 1995). Além disso, tal posição indica uma continuidade, nos estudos sobre bissexualidade, de velhas questões que envolvem a relação entre o trabalho antropológico e os movimentos sociais, em particular o movimento inicialmente chamado de homossexual (DURHAM, 1986; CARRARA, 2016). Espero, porém, que a análise que esboço aqui contribua para ampliar nosso conhecimento sobre os processos históricos de mudança nos quais a emergência da categoria “monossexual” se insere e interfere contemporaneamente.

Uma genealogia demanda um diálogo crítico com a literatura chamada de construcionista, que desde pelo menos a década de 1960 passou a tomar a categoria “bissexual” como um problema classificatório interessante para se pensar a historicidade da homossexualidade e da sexualidade de forma geral (McINTOSH, 1968). Essa literatura não estava, em grande parte, preocupada em investir nessa categoria como um objeto central de estudo (FAUSTO-STERLING, 2002). Este artigo oferece, assim, uma contribuição para o debate mais amplo da historicidade da sexualidade ao associá-la a questões classificatórias que não têm a mesma centralidade na bibliografia e no debate político.

CATEGORIAS PARES: ALÉM DA OPOSIÇÃO BINÁRIA

Na segunda metade do século XX, o antropólogo Peter Fry (1982) defendeu que havia diferentes classificações da sexualidade masculina no Brasil. Em contextos populares, segundo ele, a oposição entre “homens”

e “bichas” valorizava a atividade e o comportamento masculinizado, de um lado, e menosprezava a passividade e o comportamento feminilizado, de outro. O movimento organizado, para Fry, defendia uma forma de classificação que o pesquisador considerava rígida (heterossexual *versus* homossexual, categorias de origem biomédica) e que provocava a criação de tipos menos fechados, como o “bissexual”, marginalizado politicamente e dificilmente associado a uma identidade definida. As observações de Fry foram contemporâneas das publicações de Michel Foucault (2014), que enfatizava a produção de classificações e relações de poder pela emergência dos discursos científicos sobre a sexualidade no século XIX. Foucault também tinha questões com a afirmação de uma identidade homossexual definida, especialmente por conta de sua origem biomédica.

Um diálogo peculiar entre ambos está na tese de doutorado em linguística de Atilio Butturi Junior (2012), que adota o termo “monossexualidade” a partir de um uso dado por Foucault para falar da tendência comportamental de homens gays de se relacionarem apenas entre si. Butturi Junior chama dessa forma o que Fry chamou de “modelo igualitário” (a oposição entre “homossexuais” e “heterossexuais”, com certa marginalização da “bissexualidade”), argumentando que o “discurso monossexual” estaria superando um paradigma que relacionava a homossexualidade apenas à passividade. A categoria “monossexual”, assim, pode ser usada como um neologismo, como descritora de uma lógica, de um momento, de um contexto. Em 2013, no Brasil, Peter Fry e Sérgio Carrara (2016) surpreenderam-se com os argumentos de um jornalista incomodado com a interferência de setores religiosos no debate público sobre as supostas causas genéticas da homossexualidade. Na ocasião, o jornalista afirmou que parecia haver um certo “monossexualismo”, em referência ao interesse de lideranças de religiões monoteístas na sexualidade. Assim, aparecia um desdobramento de “monossexual” sem que houvesse um “bissexual” no horizonte, ou qualquer interesse em advogar politicamente pelo reconhecimento de um sujeito bissexual.³

³ É notável que a bissexualidade tenha entrado recentemente na linguagem das pesquisas que buscam uma causa genética para as preferências sexuais, como no suposto “gene da bissexualidade” de um artigo de Song e Zhang (2024) que associa a bissexualidade masculina a

As relações entre ambos os termos, outras vezes, convergem para uma complexa linhagem de apropriações interdisciplinares. Segundo Marjorie Garber (1997) e Lachlan MacDowall (2009), o termo “bissexual” e algumas variações suas já apareciam em textos europeus em usos poéticos, filosóficos e teológicos desde pelo menos o século XVII. O bissexual seria (como ainda é, em muitos contextos) o indivíduo que teria características femininas e masculinas, um híbrido, ou “hermafrodita”. Com a elaboração de novas figuras pelos saberes científicos, porém, esse termo passaria aos poucos ao domínio científico, então sob influência das teorias evolucionistas estimuladas pelo imperialismo europeu. A ideia corrente seria a de que um indivíduo e mesmo uma cultura e uma espécie seguia um caminho evolutivo que partia de uma fase bissexual para uma gradual diferenciação sexual.

A categoria “monossexual” aparece como sua antítese quando a “bissexualidade” entra para o domínio científico com o evolucionismo no século XIX. Essa entrada se dá com o advento do dimorfismo sexual como paradigma científico sobre o corpo humano (LAQUEUR, 2001) e o avanço da embriologia comparativa, em especial os estudos de Ernst Hæckel (1946) sobre os embriões de mamíferos, que apresentavam semelhanças no desenvolvimento das características sexuais. Se a comunidade científica do período passou a classificar as espécies de seres vivos em uma grande escala que situava as espécies em graus mais baixos ou mais altos de evolução, a diferenciação sexual tornou-se um critério definidor do avanço evolutivo. O trabalho de Hæckel, fervoroso entusiasta de Darwin, permitiu pensar que o desenvolvimento evolutivo de uma espécie se repetiria em alguns aspectos no desenvolvimento de um indivíduo (a teoria da recapitulação).

“Bissexualidade”, nesse momento, correspondia a uma ausência de diferenciação sexual que indicava um grau menos avançado de evolução. Richard von Krafft-Ebing resumiu, nos últimos anos do século XIX, como essas teorias influenciaram os debates que circunscreviam a homossexualidade como uma categoria científica:

uma tendência de correr riscos.

Frank Lydston e [James] Kiernan baseiam-se (1) no fato de que a organização bissexual ainda é encontrada no reino animal inferior, e (2) na suposição de que a *monossexualidade* se desenvolveu gradualmente a partir da bissexualidade. Kiernan assume, ao tentar subordinar a inversão sexual à categoria de hermafroditismo, que, em indivíduos assim afetados, o retrocesso nas formas hermafrodisíacas anteriores do reino animal possa ter ocorrido, ao menos funcionalmente. Segundo suas próprias palavras: “A bissexualidade original dos ancestrais da raça, presente nos órgãos femininos rudimentares do homem, não poderia deixar de provocar reversões funcionais, e mesmo orgânicas, quando manifestações físicas ou mentais sofreram interferência por doença ou por defeitos congênitos” (KRAFFT-EBING, 2017, p. 242, grifo meu).

Ainda segundo ele, a coincidência de uma vida bissexual original no reino animal e uma predisposição bissexual original no feto humano seria um princípio argumentativo para autores que pensavam a homossexualidade como um retrocesso (como Cesare Lombroso) ou para aqueles que a pensavam como resultado de distúrbios inevitáveis da evolução (como Julien Chevalier). A “monossexualidade”, por sua vez, seria uma categoria descritiva de um estágio de diferenciação sexual no qual o indivíduo se encontraria com características definidas, masculinas ou femininas.

O nome de James Kiernan merece uma consideração. O historiador Jonathan Katz (1996) viu em um artigo de Kiernan de 1892 a primeira aparição do termo “heterossexual” nos Estados Unidos, como uma forma de perversão que compreenderia a atração por “dois sexos diferentes”, por isso o uso do prefixo grego que remete a “diferente”. Kiernan emprestou o termo de Krafft-Ebing, que o usava para descrever práticas e aspectos constitutivos que não eram homossexuais. Para Katz, essa estranha tradução indica um processo descontínuo através do qual a heterossexualidade ganha sentido ao longo do tempo. Assim, a categoria “monossexual” foi importante para que as categorias “homossexual” e “heterossexual”

pudessem ser elaboradas teoricamente e ganhassem contornos de uma oposição classificatória. Isto significa, como argumentou Steven Angelides (2001), que o debate sobre bissexualidade é anterior e fundamental para o desenvolvimento de uma concepção moderna de sexualidade. A atual oposição entre mono e bissexualidade parte, então, de pressupostos que remontam a oposições anteriores.

As disciplinas científicas foram importantes para a criação de classificações envolvidas em relações complexas de poder que tiveram lugar na Europa, como pensado por autores como Foucault (2014). Além disso, embora parte da literatura clássica sobre o debate construcionista tenha avançado pouco nesse sentido, trata-se de um processo profundamente influenciado pelo racismo científico em um contexto de discussões sobre o imperialismo e a escravidão (SOMMERVILLE, 1994). Angelides foi além e apontou que a relação de gradação entre a bi e a monossexualidade serviu para reforçar as teorias raciais. Na medida em que homens negros, mulheres negras e até mulheres brancas seriam considerados mais próximos da bissexualidade originária, enquanto o homem branco seria aquele com o grau mais elevado de desenvolvimento.

A concepção de um desenvolvimento que leva da “bissexualidade” para a “monossexualidade” também foi importante para a psicanálise, seja no deslocamento que Sigmund Freud propôs da sexualidade do campo biológico para o psíquico, seja nas diferentes leituras que teve e nas reconsiderações que ele próprio fez ao longo de sua obra (FREUD, 2010). Não é por acaso que o primeiro contato do psicanalista com o conceito de bissexualidade veio do diálogo com o seu amigo biólogo, com quem discutiria a já extensa literatura que associava a “bissexualidade” às possíveis causas da homossexualidade, o que Freud (2016; 2020) negava. Um emprego radical da noção de “monossexualidade” aparece no livro *Bi-Sexual Love*, do psicanalista Wilhelm Stekel (1922), para quem a “bissexualidade” era uma sexualidade natural e a “monossexualidade” seria inexistente ou apenas aparente. Para ele, a homossexualidade poderia ser pensada como uma neurose, mas a heterossexualidade possivelmente também. Apesar da radicalidade de seu argumento, Stekel estava mais interessado em pensar as supostas causas patológicas da homossexualidade.

Na sexologia moderna, a partir de meados do século XX, a noção de monossexualidade quase caiu em desuso. O epicentro das referências científicas sobre sexualidade se deslocou para os Estados Unidos, em particular com o sucesso controverso das pesquisas sexológicas de Alfred Kinsey e a apresentação de sua escala de avaliação heterossexual-homossexual (KINSEY *et al.*, 1948).⁴ Os traços evolucionistas desse debate eram agora duramente criticados e fazia sentido que categorias próprias dessa corrente de pensamento deixassem de ser empregadas. Ainda assim, a ideia de bissexualidade originária não desapareceu e foi até mesmo reapropriada pelos discursos políticos de gays, lésbicas e feministas (ANGELIDES, 2001), que apostaram na noção de “repressão” para pensar as desigualdades e relações de violência e poder que enfrentavam.

Décadas mais tarde, o psicólogo John Money (1988) apresentou uma classificação da orientação sexual que opõe os grupos “homossexual” e “heterossexual” e os grupos “bissexual” e “monossexual”, este último já como uma categoria que remete a pessoas que se atraem apenas por homens ou apenas por mulheres. Money é mais conhecido pelo seu protocolo de intervenção em corpos intersexos, no qual introduziu o emprego clínico do termo “gênero” (PRECIADO, 2018), mas é também comum que ele seja citado em artigos científicos recentes (particularmente na sexologia) como o autor da categoria “monossexual”, o que, como vimos, não é verdade. A essa altura, a ideia de “monossexualidade” passa a ser restrita a um conjunto de práticas e desejos sexuais e deixa de fazer sentido apenas em relação a um desenvolvimento evolutivo. Money certamente não estava sozinho e essa não foi a única forma pela qual a categoria “monossexual” foi ressignificada na segunda metade do século XX.

⁴ Ainda que Kinsey e seus colegas de trabalho não estivessem interessados em determinar classificações fechadas para a sexualidade humana, novas elaborações cada vez mais complexas foram sendo publicadas nas décadas seguintes a partir das suas. A fluidez do desejo e a variedade de práticas registradas em estudos poderia ou não ser denominada como “bissexualidade”. Sexólogos como Michael Storms (1980) propuseram esquemas classificatórios que contemplassem essa variedade, apontando a “assexualidade” (para Storms, a falta de desejo heterossexual e homossexual) como oposto de “bissexualidade” (a coincidência dos dois desejos).

O ideal de um “futuro bissexual”, preconizado por movimentos de liberação gay, especialmente nos países de língua inglesa, dizia respeito à ausência de diferenças entre homens e mulheres, e ao circunscrever a categoria “bissexual” a um resquício do pensamento evolucionista, não correspondia a um interesse em reconhecer a bissexualidade como uma identidade política. A participação de pessoas que se identificavam como bissexuais cresceu nesses movimentos, provocando conflitos sobre a definição de seus sujeitos políticos, que culminou na criação dos primeiros grupos organizados de pessoas autotclassificadas como bissexuais ao longo da década de 1970, nos Estados Unidos (DONALDSON, 2013). Esse fenômeno, em vez de uma ruptura, representa uma continuidade nos esforços de formular uma classificação da sexualidade que fosse coerente com uma compreensão da própria sociedade e de suas estruturas.

A ideia de monossexualidade, assim, não aparece sempre como uma forma crítica de descrever a relação de oposição como constitutiva da homo e da heterossexualidade. Se, como notou Marilyn Strathern (2006), a noção de exclusão é um princípio central para a classificação da sexualidade em suas formulações modernas, a introdução desta categoria não significa necessariamente a adição de um novo nível de classificação binária, entre mono e bissexualidade. Em vez disso, trata-se de um arranjo muito amplo de enquadramentos das diversas relações estabelecidas entre os grupos formados, que podem ser de exclusão e oposição, mas também de causa e gradação. Além disso, essas categorias parecem estar diluídas em um conjunto muito dissipado de referências que se debruçam sobre o problema da classificação da sexualidade e de suas dimensões sociais.

EMERGÊNCIA DO MOVIMENTO BISSEXUAL, LINGUAGENS POLÍTICAS E TENSÕES TEÓRICAS

O surgimento de um movimento bissexual, que advogava por uma liberação sexual que não se restringisse apenas a gays e lésbicas, levou à elaboração de um vocabulário político orientado por noções de violência e discriminação. Este movimento passou a demandar o reconhecimento da bissexualidade, mesmo dentro do que viria (através de suas pressões

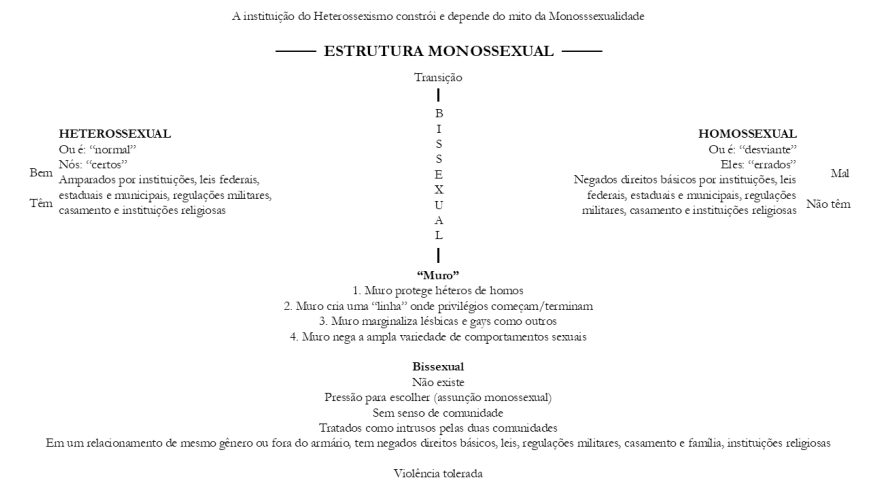
e do ativismo trans) a se tornar o movimento LGBT e desenvolveria uma leitura social baseada na ideia de que pessoas bissexuais são dotadas de experiências próprias e sofreriam algum tipo de preconceito por escaparem a uma ordem imposta de oposição binária da sexualidade, entre homo e heterossexualidade. Isso se traduziu na adoção da antiga categoria científica “monossexual” para denominar aquele que se atrai por pessoas de apenas um sexo ou gênero, geralmente pensado como um lugar de acesso a privilégios. Essas noções se fortaleceram com o advento da Aids, uma vez que a infecção pelo HIV foi inicialmente associada a homens gays, e cuja transmissão para mulheres e crianças seria associada à existência de homens bissexuais, retratados a partir de então na imprensa como figuras perigosas e infiéis (SALDANHA; et al, 2022).

A categoria “bifobia” também se tornou central, tendo surgido em algum momento entre as décadas de 1970 e 1980, como a ideia de uma violência voltada especificamente contra pessoas bissexuais e que poderia vir de heterossexuais, mas também de gays e de lésbicas. Livros publicados por ativistas bissexuais do período apontavam os imperativos preconceituosos de que todo indivíduo deve se encontrar na homo ou na heterossexualidade, e que a bissexualidade não existiria ou seria uma fase, uma farsa ou um sinal de transtorno psiquiátrico (HUTCHINS & KA’AHUMANU, 1991; KLEIN, 1993). A busca por autonomia discursiva, assim, se expressava tanto no movimento social quanto na produção de conhecimento científico.

Em comunicação por e-mail em 2021, a ativista Lani Ka’ahumanu contou-me que ativistas bissexuais já utilizavam as categorias “monossexual” e “bifobia” quando ela entrou no movimento em 1981. Segundo ela, uma colega de ativismo que já atuava em San Francisco antes de sua entrada ouviu a palavra “monossexual” pela primeira vez em uma aula na faculdade de psicologia ou sociologia em 1976. A introdução dessa categoria nos debates do movimento bissexual norte-americano não foi linear, nem sua conceituação. Em um manuscrito que me enviou, de um texto produzido em colaboração com seu então namorado e ativista bissexual Bill Mack em 1982, Ka’ahumanu apresentou uma proposição esquemática do que pensavam na época como “monossexualidade”.

A Figura 1, tradução que fiz do documento, contém uma série de pontos que descreveriam uma “estrutura monossexual” (*monosexual framework*, no original) de pensamento, em que a oposição entre heterossexuais e homossexuais é perturbada pela figura do bissexual.

FIGURA 1: A Estrutura Monossexual



Há, na Figura 1, uma associação importante da “monossexualidade” com o “heterossexismo”, a supremacia da heterossexualidade, sugerindo que as primeiras pessoas prejudicadas com a lógica monossexual seriam os gays e as lésbicas. Não se tratava, portanto, de apontar uma suposta posição de igualdade entre os grupos separados pelo muro. Além disso, a definição da monossexualidade como um “mito” denota uma concepção de uma época em que essa categoria que remetia a uma estrutura, e não a um grupo. Gays, lésbicas e heterossexuais não estavam sendo classificados como “monossexuais”, em vez disso, “monossexualidade” seria a imposição dessas identidades sexuais como as únicas possíveis. Semelhante ao que seria futuramente chamado de “monossexismo”, a “monossexualidade” do ativismo do período remetia ao conjunto de relações entre os grupos, com a adição das *pessoas bissexuais* como uma peça fundamental do esquema classificatório. A negação da bissexualidade seria, afinal, importante para a manutenção das violências e desigualdades que afetavam gays e lésbicas. Esta mesma conceituação apareceu uma década mais tarde no texto que ficou amplamente conhecido como “Manifesto Bissexual”, de outra ativista californiana, Karla Rossi. Na verdade, tratava-se da apresentação da revista *Anything That Moves...*, editada por Rossi na Bay Area Bisexual Network a partir de 1991. Em tradução livre, a “monossexualidade” é apontada como “um ditame heterossexista usado para oprimir homossexuais e para negar a validade da bissexualidade”.

A noção de estrutura torna-se, então, central para compreender a emergência de uma linguagem política bissexual e, argumentarei adiante, os deslocamentos dessa linguagem. Se a valorização da bissexualidade por esse ativismo parte de uma crítica a uma “estrutura”, isso aconteceu porque também se trata de uma valorização da ambiguidade e da fluidez como faces “injustiçadas” da sexualidade humana, ao mesmo tempo que seriam dotadas de algum tipo de potência. Como Angelides observou:

De todas as publicações do movimento bissexual na última década [de 1990], aproximadamente, eu encontrei poucas que pareceram conter abordagens excludentes e rígidas da identidade e das políticas bissexuais. O que eu *tenho*

encontrado é um comprometimento com a construção de uma coalisão e a organização política. Uma esmagadora resistência a endurecer e acelerar definições da bissexualidade, e um desejo de deixar a categoria da bissexualidade, ou da identidade bissexual, aberta e incompleta (ANGELIDES, 2001, p. 198, tradução minha, ênfase do original).

Essas observações podem ajudar a explicar a aproximação entre os movimentos trans e bissexuais, que levou algumas pessoas trans a ocuparem posições de liderança no movimento bissexual estadunidense ainda na década de 1990, em que se passaria a enfatizar o reconhecimento dessas pessoas como sujeitos desejantes e desejados.⁵ Isto é, de forma a enfatizar a existência de pessoas trans que são bissexuais, e de pessoas bissexuais que se relacionam com pessoas trans, se difundiria a definição de bissexualidade como a atração por pessoas de *mais de um gênero*. Essa definição seria condizente com os esforços do movimento de falar em uma bissexualidade múltipla e que escapa a definições rígidas. Um aspecto importante desse período foi o diálogo crítico e as ressalvas com outro campo emergente, baseado na categoria “queer”, que se esforçou em aprofundar a desnaturalização de identidades orientadas por oposições binárias relativas a gênero, sexo e sexualidade. O conjunto de discussões e publicações que ficou conhecido como “teoria queer” aproximou-se de uma postura que pode ser sintetizada na afirmação do historiador David Halperin de que “o binário heterossexual/homossexual é ele mesmo uma produção homofóbica, como o binário homem/mulher é uma produção sexista” (HALPERIN, 1995, p. 44, tradução minha). Porém, a categoria “bissexual” não foi considerada interessante por se entender que era assimilada pelo binário (FUSS, 1991), ou que mais o

⁵ Embora se trate de um processo muito comentado na literatura e no próprio círculo do ativismo, há pouca descrição consistente que ofereça mais detalhes e nuances, ou mesmo limites da animosidade transinclusiva apontada na história do movimento bissexual em todo o mundo (Eisner, 2021). Uma análise mais detida demandaria considerar o contexto histórico local, mas há apontamentos sobre resistências oferecidas por gays e lésbicas a pessoas trans e bissexuais por associá-las à transitoriedade e às vezes entenderem suas identidades como formas de não assumir uma identidade homossexual supostamente verdadeira (WEISS, 2003).

reforçava do que tensionava (EDELMAN, 1994), ou mesmo que talvez não existisse uma identidade bissexual, afirmação que foi atribuída a Eve Sedgwick (ANGELIDES, 2001). Entendimentos da categoria “bissexual” que a restringiram ao repertório da psicanálise também foram expressos, como por Donna Haraway (1991) ao usar a figura do ciborgue (híbrido de máquina e organismo) para pensar as mudanças teóricas e tecnológicas que estariam em curso no fim do século XX. Para ela, o ciborgue não tem nada a ver com “bissexualidade” ou com um estágio pré-edipiano porque seria (diferente deles) um híbrido formado por partes, que produz contradições e não um todo coerente.

Nos Estados Unidos, o desenvolvimento de um debate acadêmico que focalizava a bissexualidade no mesmo período levou a uma busca por autonomia em relação aos *Gay and Lesbian Studies*. Esse novo debate, por vezes, se aproximou da abordagem pós-estruturalista da teoria queer (HEMMINGS, 2002), e por vezes se afastou (ANDERLINI D’ONOFRIO & ALEXANDER, 2009). Essas tensões renderam contribuições que exigiriam um espaço maior que este artigo para serem contempladas, que vão desde a inteligibilidade da bissexualidade na teoria do sujeito de Butler até reflexões sobre como pessoas bissexuais eram consideradas “menos queer” no campo ativista (BURRILL, 2009).

Este conflito é revelador da proximidade entre teoria acadêmica e ativismo político, sendo compartilhadas as tensões e contradições que os constituem. Alguém poderia explicar a alegada dependência da teoria queer, de criticar o binário investindo apenas nos próprios termos que o compõem, pela sua relação com a recepção do conceito de “desconstrução” de Jacques Derrida nos Estados Unidos. Mas essa polêmica fazia parte de um processo maior de desmembramento das identidades políticas em que o ativismo se aproximava das universidades e do mercado editorial. Trata-se de um processo que envolveu as disputas pela conceituação das categorias mobilizadas, o que foi particularmente característico da bissexualidade.

Se, afinal, a bissexualidade teria historicamente deixado o campo da literatura e entrado para o evolucionismo científico, depois para a taxonomia da sexologia e enfim teria chegado à linguagem dos movimentos sociais, o debate sobre essa categoria na teoria queer sugere que esses

passos não sucederam uns aos outros, mas se tornaram concorrentes. Um importante exemplo é a forma curiosa como o filósofo Paul B. Preciado (2018) empregou as categorias bi e monossexual ao propor uma história do corpo com três regimes de poder: soberano (de lógica “monossexual”, anterior ao paradigma do dimorfismo sexual), que ele encontra no século XVIII; disciplinar (de lógica “bissexual”, da incomensurabilidade dos sexos); e farmacopornográfico (a era pós-sexual, da “pansexualidade”) a partir da década de 1950. Em vez de uma periodização rígida, haveria entre eles uma relação de conflito e aliança estratégica. Mais importante do que compreender a fundo a teoria de Preciado, aqui, é perceber que a mono e a bissexualidade podem ser mobilizadas como descritores de regimes históricos de poder de grande escala porque não são consideradas, por ele, como identidades situadas no interior desses mesmos processos de mudança. Trata-se de um uso que não é novo, uma vez que a relação primária entre as categorias mono e bissexual também foi historicamente a de uma graduação ou desenvolvimento. Essa relação definitivamente não ficou no passado. Ao contrário do discurso evolucionista, porém, aqui a “monossexualidade” antecede a “bissexualidade” (enquanto sinônimo de dimorfismo sexual). A “pansexualidade”, por sua vez, aparece quase como uma alegoria para sua postura revolucionária, e não como uma identidade.

A disputa promovida pelo movimento bissexual pela própria categoria “bissexual”, assim, passa por conflitos que prosseguiram com o fortalecimento desse movimento ao longo das últimas décadas. É curioso ler hoje as provocações de David Halperin (2003; 2009) sobre um declínio da teoria queer e uma importância da “teoria bissexual” ao trazer para o centro uma categoria que encarnaria a própria crise em que a identidade sexual se encontra desde os seus primórdios. É verdade, porém, que esses desdobramentos teóricos também levaram a algumas leituras mais rígidas da relação entre sexualidade e poder.

O jurista Kenji Yoshino, em um artigo de grande influência nos estudos sobre bissexualidade, sugeriu:

A existência de um contrato bilateral do apagamento bissexual se baseia no fato de que tanto heterossexuais quanto homossexuais lançam mão das mesmas estratégias de apagamento bissexual. Existem três estratégias: (1) apagamento de classe, (2) apagamento individual, e (3) deslegitimação. Essas estratégias implicam na aceitação de bem-sucedidos clamores sobre a existência da bissexualidade – a primeira não reconhece a categoria “bissexualidade”; a segunda considera a categoria, mas exclui o indivíduo dela; e a terceira aceita a bissexualidade individual como uma identidade estável, mas a estigmatiza (YOSHINO, 2000, p. 400, tradução minha).

O argumento de Yoshino é de que esse seria um “contrato epistêmico do apagamento bissexual”, conceito de inspiração na terminologia jurídica que relaciona homossexuais e heterossexuais aos processos que tornam a bissexualidade ininteligível ou recriminada. Utilizada por ele por razões práticas de linguagem, a categoria “monossexual” retorna agora como um descritor de grupos, reunindo homo e heterossexuais. Explicar a marginalização da bissexualidade como um processo político explícito não era novidade, mas afirmar que ambos os grupos monossexuais seriam beneficiados desse processo era, sim, uma radicalização recente. Se o “contrato epistêmico” manteria os privilégios heterossexuais, essa metáfora é emprestada do direito para argumentar que gays e lésbicas também se beneficiariam ao ter resguardada a estabilidade da sexualidade como uma forma de classificação e um meio de articular estratégias políticas. Yoshino não fala em bissexualidade e monossexualidade para se referir necessariamente à identidade das pessoas, o que também indica a proximidade de sua perspectiva, já manifesta por ele, com Alfred Kinsey e os estudos quantitativos da sexologia (SURESHA & ALEXANDER, 2008).

O endurecimento dessa linguagem analítica teve uma entrada no ativismo, ao mesmo tempo em que os diferentes enquadramentos da bissexualidade provocavam tensões. Um caso importante internacionalmente é o livro *Bi: Notas Para Uma Revolução Bissexual*, lançado originalmente em inglês em 2013 pela ativista israelense Shiri Eisner

(2021), que criticava o movimento bissexual por assumir uma posição que chamou de “assimilacionista”, lutando por visibilidade dentro da “comunidade LGBT”, da mesma maneira que o movimento de liberação gay teria feito com as instituições heterossexuais nas últimas décadas. Inspirada pelos ativismos e teorias queer dos anos 1990, ainda que profundamente crítica a eles,⁶ Eisner propunha um movimento “radical”, em que o “potencial subversivo” da bissexualidade seria cultivado, e não negado. Para ela, também, a bissexualidade seria “apagada” e deslegitimada porque perturba a “monossexualidade”, por sua vez definida como a disposição social e epistemológica em que duas únicas orientações sexuais garantem privilégios para heterossexuais e violências para homossexuais. A “bifobia” seria uma “opressão estrutural” e haveria, para ela, um conjunto de “privilégios monossexuais”, começando pela garantia dada pela sociedade de que “pessoas como você existem”, e se estendendo por um arranjo de garantias contra violências das mais diversas ordens.

O parágrafo acima contém uma série de categorias fundamentais que entravam em cena em um ativismo alimentado pelas recentes redes sociais on-line. Ainda assim, as palavras de Eisner devem ser lidas considerando as particularidades do contexto em que ela vivia e atuava, especialmente a resistência à ocupação israelense do território palestino e a cooptação do movimento LGBTQ local pelo Estado (EISNER, 2012). Colocada essa ressalva, vale perguntar que lugar tem tido a agência em um conjunto de discussões tão preocupadas com a estrutura. Além disso, a linguagem contratual ou mesmo radical que se expandiu a partir dos anos 2000 nesse debate aposta que as orientações sexuais correspondem a grupos definidos. As contradições e descontinuidades nas trajetórias individuais, estrategicamente tomadas como “bissexuais”, também existem e podem ser consideradas importantes para a compreensão de heterossexuais, gays

⁶ Eisner busca inspiração no mito do ciborgue de Donna Haraway. Mesmo que Haraway tenha afirmado explicitamente que seu ciborgue não é bissexual, Eisner defende que os bissexuais devem ser como ele: escapar do binarismo que garante a ordem entre os sexos e anunciar um mundo pós-gênero, para além das classificações binárias. Tal argumento faz parte de uma tendência mais ampla de afirmar que bissexuais devem ser considerados queer como os gays e as lésbicas, não apenas por escapar a uma ordem heterossexual, mas também de uma ordem monossexual.

e lésbicas enquanto tal, uma vez que a fluidez não pertence a um grupo fechado. Assim, essa reelaboração da categoria “monossexual”, apesar de ter sido necessária para um enquadramento da fluidez que contemple a bissexualidade, pode levar à criação de perfis ideais. A urgência de criticar o interesse de monossexuais em garantir uma classificação estável da sexualidade, em determinados momentos, pode levar a uma crença de que eles conseguem usufruir dessa estabilidade quando a bissexualidade é apagada da realidade social. Esta é uma consequência da ideia de que pessoas bissexuais “não têm o privilégio de existir”, como definiu Shiri Eisner. Essa armadilha, porém, não tem deixado de ser apontada e provocada em discussões que propõem outros usos da categoria “monossexual” e negociam sua mobilização, como no Brasil.

MONODISSIDENTES: MUDANÇAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A antropóloga Regina Facchini (2020), analisando o processo de multiplicação de sujeitos políticos do movimento LGBTQIAP+ no Brasil, argumentou que a bissexualidade é um exemplo representativo de uma tensão pendular entre a ênfase na “experiência” e a ênfase na “identidade”, que constitui a história deste movimento no contexto brasileiro. Para ela, o ativismo bissexual é marcado pela reivindicação por um reconhecimento da experiência, contrastando com a mobilização de identidades estrategicamente muito definidas. Trata-se de um aspecto que já estava colocado nos primeiros debates sobre bissexualidade no movimento homossexual no país desde a década de 1970. Até então, a bissexualidade era às vezes elogiada como uma forma de romper com classificações rígidas, às vezes desprezada como uma forma de “enrustir-se” (MACRAE, 1990; FACCHINI, 2005).

Segundo Facchini, a sigla foi adotada no país com resistência, entre outras razões, pela recusa em incluir as pessoas bissexuais de maneira oficial. Não por acaso, em 2003, o XI Encontro Nacional GLT votou pela exclusão dos bissexuais do nome do movimento, o que acabou forçando uma organização coletiva dos militantes bissexuais para se fazerem ouvir

dentro do próprio movimento (CAVALCANTI, 2007; FACCHINI, 2020). Os primeiros grupos organizados de bissexuais surgiram no início da década de 2000, com a necessidade de definição dos segmentos do movimento GLBT nos diálogos com o Estado, em um momento de abertura do governo federal para as políticas de gênero e sexualidade (LEÃO, 2018). Como descreveu Facchini, a formação e a consolidação desse movimento de identidades articuladas foram marcadas por tensões entre os diferentes grupos. Grande parte dos esforços do ativismo bissexual no Brasil da época era voltado para o próprio movimento, almejando o reconhecimento da bissexualidade como uma identidade política, que garantiria a participação de pessoas bissexuais na construção e no acesso a políticas públicas (COSTA & TOLEDO, 2009). Além disso, diferente dos Estados Unidos, os primeiros grupos bissexuais brasileiros formaram-se no interior de organizações mistas, não havendo investimento político na noção de “monossexualidade”, mas sim em grandes eventos de discussão e manifestação, como as Paradas do Orgulho. Ainda que não houvesse um esforço no sentido de construir uma autonomia, essa atuação se destacou pela promoção de espaços de discussão que envolviam temas que não tinham espaço nas esferas de diálogo socioestatal, como BDSM e a interface entre as identidades “bi” e “trans”.⁷

A ênfase na experiência, da qual fala Facchini, ganharia força especialmente em meados da década de 2010, com a emergência de novos sujeitos políticos no cenário nacional:

Assim como bissexuais, uma das principais demandas de não binários é fazer com que se considere a multiplicidade e a complexidade que transcendem o que é possível alcançar a partir do essencialismo estratégico. Essa necessidade de fazer reconhecer a experiência está presente em outras categorias que passaram a circular, como pansexuais,

⁷ Estudos realizados na década de 2000 na cidade de São Paulo destacaram a emergência da categoria “bi” como desdobramento informal da bissexualidade, menos vinculado aos discursos científicos (FACCHINI, 2009), e da categoria guarda-chuva “trans”, a partir das disputas entre os usos das categorias “travesti” e “transexual”, que também remetem ao vínculo ou não com os discursos científicos (BARBOSA, 2010).

polissexuais, assexuais, demissexuais, aromânticos, entre várias outras que remetem a pontos específicos situados em espectros relacionados a gênero, sexualidade ou afetividade (FACCHINI, 2020, p. 62-63).

Essas mudanças foram vividas por diferentes movimentos sociais no Brasil, onde cresceu a crítica aos meios institucionais e a valorização do ideal de “horizontalidade” nas organizações, além de efeitos marcantes da popularização do acesso à internet e ao ensino superior, dentre os quais um dos principais pode ter sido a centralidade da noção de “interseccionalidade” (FACCHINI *et al.*, 2020). O movimento bissexual passa a se organizar principalmente em coletivos, incidir na internet e investir na criação de espaços seguros e autônomos de acolhimento e discussão, como apontou a antropóloga Helena Monaco (2020b). Pesquisas realizadas ao longo dessa década por autoras como Elizabeth Sara Lewis (2012) e Maria Leão (2018) novamente perceberam a marginalização da bissexualidade e o preconceito contra pessoas bissexuais dentro e fora do movimento LGBTQ+, o que seria parte do que elas chamaram respectivamente de *bifobia* e *apagamento da bissexualidade*, em diálogo com a literatura internacional.

É neste contexto que a categoria “monossexual” entra no cenário político nacional, operando principalmente como um descritor de grupos, mais ao modo de Yoshino ou Eisner do que do ativismo californiano dos anos 1980 e 1990. Isto não quer dizer, porém, que sua definição não tenha sido objeto de disputa ou que sua polissemia também não tenha sido abrangente no país, especialmente nas pesquisas acadêmicas sobre bissexualidade. A grande maioria das referências a essa categoria no Brasil são recentes e oriundas de publicações que giram em torno dos ativismos e estudos bissexuais contemporâneos. Contudo, a importância que ganhou a criação de espaços em separado tornou a categoria “monossexual” uma peça importante do vocabulário adotado para a formação de uma sensibilidade política de pertencimento coletivo. Determinados usos dessa categoria a inserem em descrições de grandes estruturas como, por exemplo, a colonialidade:

Propomos uma reflexão teórica com alguns termos com prefixo “mono” e sua relação com as bissexualidades. Apostamos que a cultura ocidental, mais especificamente o colonialismo, impõe um modo de ser e estar no mundo focado em mono temas, mono afetos, mono deus, mono sexualidades, mono gamias (JAEGER, *et al.*, p. 7, 2019).

O conceito de colonialidade, elaborado inicialmente pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005), se distingue da noção de colonialismo porque diz respeito à continuidade de relações coloniais para além da independência política em relação à Europa. É um conceito de ampla circulação no Brasil, principalmente a partir dos anos 2010. O trecho acima é de um artigo científico, publicado em uma revista especializada em gênero e sexualidade, que se propõe a relacionar temas que ganharam evidência nos últimos anos, como a não monogamia e a bissexualidade, a esses processos de grande escala.

Em textos livres publicados em páginas ativistas, da mesma forma, a monossexualidade aparece associada a noções de estrutura como “patriarcado” (SPHYNX, 2020). Essa aproximação discursiva entre literatura acadêmica e literatura ativista é característica das relações, nem sempre harmoniosas, que compõem o que Sonia Alvarez (2014) chamou de “campos discursivos de ação” para se referir ao feminismo latino-americano, e que Regina Facchini (2018; 2020) instrumentalizou para analisar o movimento LGBTQIAP+ brasileiro. Trata-se de uma forma de compreender os movimentos sociais que contemple as tensões sobre os limites de suas definições e componentes. É possível, enfim, que em contextos discursivos que envolvem negociações com ativismos mistos ou debates mais amplos sobre gênero e sexualidade, a categoria “monossexual” ceda espaço para saídas mais preocupadas com as suas nuances. É o caso da ponderação que fez a antropóloga Danieli Klidzio (2023), que propôs falarmos em “monossexualidades” no plural.

Mas a principal expressão desse conjunto de negociações relativas a novas formas de classificação da sexualidade no Brasil contemporâneo é a categoria “monodissidência”. Criada em 2013 em um contexto

de ativismo LGBT universitário por Dani Vas, jovem bissexual e não binário, foi inicialmente o nome de um grupo de discussão organizado por ele na Universidade de São Paulo (USP), onde cursava graduação em psicologia. Em sua dissertação de mestrado, em que desenvolve seu pensamento em torno do tema, Vas (2021) conta que passou a propor o termo “monodissidente” como uma forma de possibilitar um ativismo conjunto de bissexuais e pansexuais, ou seja, das pessoas que seriam *dissidentes* da “monossexualidade”. Essa terminologia era inspirada diretamente em textos de Shiri Eisner publicados em inglês na internet e resume as preocupações emergentes nesse período em torno de sujeitos que se definem de formas muito semelhantes. Para Vas, eles poderiam se aliar a partir da compreensão de uma relação comum com uma estrutura social. As condições muito específicas da formação da categoria “monodissidência” sugerem condições também estritas de circulação de categorias como “pansexual” e “assexual”, dentre outras.

“Pansexual”, afinal, é um termo utilizado desde pelo menos o começo do século XX como neologismo e com os mais diversos sentidos. Enquanto uma identidade que remete ao desejo, ainda há uma carência de estudos que se dediquem a ela, mesmo em língua inglesa. Parte das tensões em torno da “bissexualidade” como categoria capaz de abranger o desejo por pessoas trans, especialmente daquelas de gêneros não binários. Se muitos esforços de definição exata dos limites entre ambas podem ser encontrados, é interessante pensar a “pansexualidade” como um fenômeno próprio da valorização das especificidades e da produção de referenciais pedagógicos possibilitadas pela internet (HAYFIELD & KRÍŽOVÁ, 2021). De maneira semelhante, a formação de comunidades online de assexuais, inclusive no Brasil, nos permite compreender a produção de novos níveis classificatórios por pessoas que diferenciam o “sexual” do “afetivo” ou “romântico” (MONACO, 2020a). O interesse em se relacionar afetivamente e não sexualmente com pessoas, ou vice-versa, ou mesmo em diferentes graus e com diferentes preferências pelos gêneros delas, leva a uma aproximação entre “bissexualidade”, “pansexualidade” e “assexualidade” na qual as mesmas categorias podem ser reivindicadas pelo mesmo indivíduo (ainda que de diversas maneiras). Foi assim, por

exemplo, que Helena Monaco (2020a) chegou a um interlocutor de pesquisa que se identificava como “assexual estrito pan-grey-romântico”⁸ em um espaço bissexual digital.

A “assexualidade” passa a ser um limite possível da “monodissidência” proposta por Vas a partir do momento em que um jovem assexual, ao ouvi-lo apresentar a sua ideia em um evento, afirma que a “assexualidade” também não é “monossexual”, e que por isso também deveria ser “monodissidente”. Apesar das inúmeras aproximações, inclusive entre ativistas e em atividades presenciais, Vas preferiu pensar a “monodissidência” a partir da noção de bifobia, o que restringiria a amplitude desse leque a categorias sobre as quais não há um investimento profundo na criação de uma linguagem política própria, como se tem investido recentemente na assexualidade.⁹ Essa decisão não está, como eu tenho observado, a salvo de discordâncias.

Com relação à “pansexualidade”, conflitos em torno da primazia política e teórica da bissexualidade também têm aparecido, inclusive na literatura acadêmica, como na afirmação da socióloga Marília Moschkovich de que “a ideia de bissexualidade aporta uma negação [de uma fixação positiva que a delimite], enquanto a ideia de pansexualidade parece buscar uma afirmação positiva” (MOSCHKOVICH, 2020, p. 123). Podemos entender seu argumento como uma sugestão de que a bissexualidade teria

⁸ Uma explicação breve seria: ele não sente nenhum desejo sexual por ninguém (assexual estrito) e se sente atraído romanticamente com pouca frequência (grey, a cor cinza do espectro assexual), mas por pessoas de qualquer gênero (pan, nesse caso panromântico). Estes usos para essas categorias não são definitivos e nem devem ser unânimes, e nem elas insubstituíveis para descrever as mesmas características pessoais.

⁹ Isso também passa pela nomeação de um lugar de privilégio. O antropólogo brasileiro Mauro Brigeiro (2013), ao observar um fórum internacional de assexuais, surpreendeu-se ao ser classificado como “sexual”, em oposição ao grupo para quem era voltado o espaço. Recentemente, o termo “alosssexual” tem sido mais utilizado, ao menos pelo ativismo assexual que se desenvolveu no país nos últimos anos. Outras formas de nomear a norma aparecem em ativismos emergentes das últimas décadas, como a categoria “endossexo” utilizada pelo movimento intersexo para se referir a pessoas cujas características sexuais são consideradas adequadas ao dimorfismo sexual (VIEIRA, 2023). Neste último caso, a categoria “endossexo” também cria uma oposição estratégica contemporânea na desnaturalização de outra oposição classificatória, neste caso, a dos corpos femininos e masculinos.

uma qualidade subversiva que a pansexualidade não teria. Por outro lado, as poucas afirmações oriundas de pansexuais de que eles próprios são monodissidentes, ainda trazem a ideia de que a pansexualidade é menos associada ao “binarismo de gênero” (SILVA, 2021).

Ainda que essas categorias tenham uma inserção pouco expressiva nos espaços de maior visibilidade do movimento LGBTQIAP+ e de circulação das reflexões produzidas, elas têm sido importantes para o ativismo bissexual e para a forma como ele se apresenta para outros setores do movimento e da sociedade como um todo. As bruscas mudanças no cenário político que envolveram a ascensão do conservadorismo, a pandemia de Covid-19 e um relativo reencantamento com a política institucional (FACCHINI *et al.*, 2020) coincidiram com a multiplicação de iniciativas do ativismo bissexual no Brasil e a formação de redes nacionais que têm como objetivo ampliar a sua incidência. A Rede Brasileira de Estudos sobre Bissexualidade e Monodissidência (REBIM), criada em 2023 a partir de um grupo de estudos formado em Belém em 2019, adotou a categoria “monodissidência” em seu nome para estimular a aproximação do debate sobre bissexualidade com outras formas de classificar e discutir a fluidez e a ambiguidade. A Frente Bissexual Brasileira, por sua vez, foi formada em 2020 por coletivos e ativistas de várias partes do país e é a entidade que se engaja mais profundamente com controle social.¹⁰ Há documentos muito relevantes para acessarmos o pensamento que tem sido produzido no contexto de articulações nacionais em que essas duas entidades são formadas.

A Resolução 08 de 2022 do Conselho Federal de Psicologia, resultado de uma campanha nacional do movimento bissexual, “estabelece normas para o exercício profissional da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais, isto é, orientações sexuais nas quais a atração afetivo-sexual está direcionada a mais de uma identidade de gênero”. Em seu conteúdo, é assegurado o reconhecimento dessas orientações como saudáveis e assegurado o compromisso do profissional com o combate à discriminação e a tentativas de conversão

¹⁰ Para mais informações sobre a Frente Bissexual Brasileira, acesse: <https://www.frentebissexualbrasil.org>.

terapêuticas. A campanha havia sido iniciada com uma *Nota Por Uma Psicologia Anti-Bifóbica*, documento de construção coletiva na qual a categoria “monodissidente” era utilizada para englobar essas formas de orientação sexual. Da nota para a resolução, há uma mudança na terminologia de “monodissidentes” para “não monossexuais”. Já na *Carta de Brasília*, documento que resultou do I Encontro do Movimento Bissexual Brasileiro, realizado pela Frente Bissexual Brasileira em 2023, a categoria “monodissidentes” é novamente substituída por “não monossexuais”, agora pelos próprios ativistas, porque poderia tornar a leitura menos acessível quando fosse enviada a agentes do Estado.

Mais do que uma questão de léxico, essas alterações indicam a dificuldade de fazer circular uma leitura da sociedade, na qual a monossexualidade seria estruturante, e não apenas uma forma de prescrever grupos. O interesse do ativismo no reconhecimento dessa “estrutura” é revelado em uma surpreendente proposta aprovada na I Conferência Livre de Saúde Mental Bissexual (realizada de forma online pela Frente Bissexual Brasileira em 2022): “reconhecer a bifobia como uma opressão estrutural”. Estive presente na assinatura da Resolução do Conselho Federal de Psicologia, em um evento nacional do movimento LGBTQIAP+ realizado em São Paulo, e conversei com Dani Vas sobre a mudança terminológica no documento. Ele, que participara da campanha pela resolução, estava descontente com a substituição da categoria, uma vez que “não monossexuais” incluía as pessoas assexuais, o que apagaria as suas especificidades em questões como saúde e patologização. Essa preocupação com o apagamento de especificidades de um grupo parecia bastante justa, especialmente quando, em um episódio no qual as pessoas bissexuais presentes estavam profundamente emocionadas com a conquista histórica, os demais ativistas aproveitavam para conversar e se distrair.

Podemos nos perguntar se a categoria “monossexual”, ao criticar a oposição entre homo e heterossexualidade, acaba criando uma outra oposição, ou se permite avançar em caminhos possíveis para pensar uma oposição que já está colocada no conjunto de relações políticas. A relação ponderada que pesquisadores têm tido com essa categoria sugere que ela

é, em vez de uma coisa ou outra, uma via analítica ainda em construção. Maria Leão (2018), ao estudar a transformação do Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) em Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi), percebeu que o avanço no reconhecimento das mulheres bissexuais como parte do movimento levou a iniciativas ousadas, como debater o “monossexismo” em um grupo de trabalho do evento, o que não veio a ocorrer até a publicação de seu trabalho. Para ela, a noção de “monossexismo” soava como uma importação um tanto literal do pensamento de Kenji Yoshino, autor importante para seu próprio referencial teórico. Esse comentário já foi revisto por outros autores, uma vez que se trata de uma noção que circula no Brasil a partir do ativismo bissexual internacional (SALDANHA *et al.*, 2022). Podemos ler a ressalva de Leão, porém, como uma preocupação com a introdução do que poderia ser uma leitura rígida de relações de poder em um contexto imbricado de negociações e alianças, como é o dos eventos e redes de lésbicas e mulheres bissexuais no país. A antropóloga Helena Monaco (2021), por sua vez, afirmou que a instrumentalização da oposição bissexual/monossexual pode criar uma hierarquia na qual outras identidades passam a ser consideradas menos revolucionárias ou disruptivas. Essa oposição também estaria associada ao pressuposto de que a bissexualidade é autoevidente e necessariamente transgressora.

Um último ponto, ao qual vale retornar, é o das comparações possíveis entre a categoria “monossexual” e a categoria “cisgênero”, apontadas como estratégias subalternas de “nomear a norma” que emergiram no recente cenário político e intelectual brasileiro através dos movimentos sociais. Há diferenças significativas que vão além da repercussão e difusão de cada uma. A categoria “cisgênero” tem origem em debates ativistas de meados da década de 1990 e aparece no cenário brasileiro através da produção de transfeministas (DUMARESQ, 2014; RODOVALHO, 2017). Recentemente, com a maior entrada de pessoas trans no ensino superior público, a resistência a essa categoria também tem sido associada por pesquisadores e ativistas a uma recusa em reconhecer as pessoas trans como sujeitos da produção de conhecimento (VERGUEIRO; 2016; IAZZETTI, 2021).

Para além disso, está em jogo a categorização do que seria o universal ou neutro no âmbito do gênero e da sexualidade. Argumentos que aparecem no debate contemporâneo sugerem que as categorias *cis* e *mono* criam mais do que uma nova oposição classificatória: uma nova posição de privilégio, em que pessoas consideradas oprimidas podem ser incluídas. Assim, da mesma forma que mulheres cisgênero podem ser apontadas como opressoras do ponto de vista do gênero, gays e lésbicas passam a ser apontados como privilegiados e opressores do ponto de vista da sexualidade. Observando a emergência dessas tensões como um fenômeno processual, podemos pensar com Judith Butler (1998) que uma co-produção dos ativismos e dos seus sujeitos políticos envolve exclusões e desdobramentos que continuamente desmembram as classificações com as quais operam. Em outras palavras, os sujeitos políticos não estão prontos, estão sendo formados a partir dos conflitos que os envolvem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias de mono e bissexualidade se transformam na medida em que as noções de sexo, gênero e sexualidade se distinguem ou se confundem. Em vez de uma criação inteiramente criativa e recente do movimento bissexual, a categoria “monossexual” é resultado de uma série de negociações e mudanças nos sentidos científicos da sexualidade e de apropriações que remontam a várias décadas de atuação do movimento bissexual no mundo. Dessa forma, alguns usos difusos do termo aparecem em contextos como o próprio Brasil contemporâneo. Porém, a sua formulação política é potencialmente importante para a compreensão de tensões e mudanças mais amplas no que diz respeito a gênero e sexualidade.

A crítica à oposição entre homo e heterossexualidade já é corrente neste campo de estudos há várias décadas, mas a forma marginal como a bissexualidade tem aparecido nesse debate provocou a mobilização de uma série de categorias oriundas do campo de ação do ativismo e da academia. A categoria “monossexual”, em vez de negar as diferenças e desigualdades entre gays, lésbicas e heterossexuais, tem sido acionada para analisar essas diferenças e desigualdades de uma forma que pessoas bissexuais

sejam consideradas como parte desse complexo jogo de relações. Além disso, há desdobramentos interessantes que acompanham o surgimento de novos níveis classificatórios e demandas pelo reconhecimento de “especificidades”. Mesmo que esses níveis classificatórios e demandas por especificidades tenham um alcance ainda limitado na sociedade como um todo, são importantes para um ativismo que tem assumido uma posição ambígua ao transitar por diálogos institucionais e meios de organização bastante informais.

Ainda resta pensar *se e como* a categoria “monossexualidade” e seus derivados podem ser utilizados para pensar o conjunto de relações que nomeia para além de uma noção de “estrutura”, que tem sido característica de seus usos no Brasil e no mundo. Se nenhuma classificação é definitiva e nenhuma categoria é totalmente rígida, então a agência, as nuances e os fluxos das identidades ditas “monossexuais” também devem ser consideradas nas discussões que têm se fortalecido em torno da bissexualidade. Hoje há um interesse científico coletivo em torno da instrumentalização dessa categoria para fins analíticos, e eles podem ser ampliados para além dos estudos que focalizam a bissexualidade especificamente.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, n. 43, p. 13-56, 2014.
- ANDERLINI-D'ONOFRIO, Serena; ALEXANDER, Jonathan (orgs.). *Journal of Bisexuality – Bisexuality and queer theory: intersections, diversions, and connections*, v. 9, n. 3-4, 2009.
- ANGELIDES, Steven. *A history of bisexuality*. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- BARBOSA, Bruno Cesar. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

- BRIGEIRO, Mauro. A emergência da assexualidade: notas sobre política sexual, ethos científico e o desinteresse pelo sexo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 14, p. 253-283, 2013.
- BURRILL, Kathryn G. Queering bisexuality. *Journal of Bisexuality*, v. 9, n. 3-4, p. 491-499, 2009.
- BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 11-42, 1998.
- BUTTURI JÚNIOR, Atilio. *A passividade e o fantasma: o discurso monossexual no Brasil*. Tese de Doutorado em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
- CARRARA, Sérgio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 47, p. 1-38, 2016.
- CAVALCANTI, Camila Dias. *Visíveis e invisíveis: práticas e identidade bissexual*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- COSTA, Alexandra Martins; TOLEDO, Alexandre. Brazil. In: OCHS, Robyn; ROWLEY, Sarah E. (orgs.). *Getting bi: voices of bisexuals around the world*. Boston: Bisexual Resource Center, 2009, p. 330-332.
- DONALDSON, Stephen. The bisexual movement's beginnings in the 70s: a personal retrospective. In: TUCKER, Naomi (org.). *Bisexual politics: theories, queries and visions*. Nova York: Routledge, 2013, p. 31-45.
- DUMARESQ, Leila. O cisgênero existe. *Monstruosas: dissidência sexual, políticas nômades e anti-humanismo*. 2014. Disponível em: <https://we.riseup.net/assets/262468/cisgenero.pdf>. Acesso: 02/agosto/2024.
- DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth C. L. (org.). *A aventura antropológica*. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p. 17-37.

- DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. *Primitive classification*. Londres: Cohen & West, 1969.
- EDELMAN, Lee. *Homographesis: essays in gay literary and cultural theory*. Nova York: Routledge, 1994.
- EISNER, Shiri. *Bê: notas para uma revolução bissexual*. São Paulo: Linha a Linha, 2021.
- EISNER, Shiri. Love, rage and the occupation: bisexual politics in Israel/Palestine. *Journal of Bisexuality*, v. 12, n. 1, p. 80-137, 2012.
- FACCHINI, Regina. De homossexuais a LGBTQIAP+: sujeitos políticos, saberes, mudanças e enquadramentos. In: FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (orgs.). *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2020, p. 31-69.
- FACCHINI, Regina. Entrecruzando diferenças: mulheres e (homo) sexualidades na cidade de São Paulo. In: DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira; FÍGARI, Carlos Eduardo (orgs.). *Prazeres dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p. 309-342.
- FACCHINI, Regina. Múltiplas identidades, diferentes enquadramentos e visibilidades: um olhar para os 40 anos do movimento LGBTI. In: GREEN, James N; et al (orgs.). *História do movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018, p. 311-329.
- FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FACCHINI, Regina; CARMO, Íris Nery do; LIMA, Stephanie Pereira. Movimentos feminista, negro e LGBTI no Brasil: sujeitos, teias e enquadramentos. *Educ. Soc.*, v. 41, p. e230408, 2020.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, n. 17-18, p. 9-79, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREUD, Sigmund. Cartas sobre a bissexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Amor, sexualidade, feminilidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, p. 37-80.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, Sigmund. *Obras completas, volume 6: Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 13-172.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

FRY, Peter; CARRARA. "Se oriente rapaz!": onde ficam os antropólogos em relação a pastores, geneticistas e tantos "outros" na controvérsia sobre as causas da homossexualidade?. *Revista de Antropologia*, v. 59, n. 1, p. 258-280, 2016.

FUSS, Diana. *Inside/out: lesbian theories, gay theories*. Nova York: Routledge, 1991.

GARBER, Marjorie. *Vice-versa: bissexualidade e o erotismo na vida cotidiana*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HACKING, Ian. *The social construction of what?*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

HALPERIN, David M. *Saint Foucault: towards a gay hagiography*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HALPERIN, David. The normalization of queer theory. *Journal of Homosexuality*, v. 45, n. 2-4, p. 339-343, 2003.

HALPERIN, David. Thirteen ways of looking at a bisexual. *Journal of Bisexuality*, v. 9, p. 451-455, 2009.

- HARAWAY, Donna. A cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. In: HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. Nova York: Routledge, 1991, p. 216-259.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- HAYFIELD, Nikki; KRÍŽOVÁ, Karolína. It's like bisexuality, but it isn't: pansexual and panromantic people's understandings of their identities and experiences of becoming educated about gender and sexuality. *Journal of Bisexuality*, v. 21, n. 2, p. 167-193, 2021.
- HÆCKEL, Ernesto. *Maravilhas da vida: estudos de filosofia biológica, para servirem de complemento aos Enigmas do Universo*. Porto: Livraria Lello & Irmão, 1946.
- HEMMINGS, Clare. *Bisexual spaces: a geography of sexuality and gender*. Nova York: Routledge, 2002.
- HUTCHINS, Loraine; KA'AHUMANU, Lani (orgs.). *Bi any other name: bisexual people speak out*. Boston: Alyson Publications, 1991.
- IAZZETTI, Brume Dezembro. *Existe "universidade" em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.
- JAEGER, Melissa Bittencourt ; *et al.* Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Periódicus*, n. 11, v. 2, p. 1-16, 2019.
- KATZ, Jonathan. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.
- KINSEY, Alfred C; POMEROY, Wardell B; MARTIN, Clyde E. *Sexual behavior in the human male*. Filadélfia: W. B. Saunders Company, 1948.

- KLEIN, Fritz. *The bisexual option*. West Hollywood: American Institute of Bisexuality, 1993.
- KLIDZIO, Danieli. *Existências em rosa, roxo e azul: ativismos e visibilidades bissexuais brasileiras a partir das mídias digitais*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.
- KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis, com especial referência ao instinto sexual antipático: um estudo médico-forense*. Curitiba: Antonio Fontoura, 2017.
- LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LEÃO, Maria. *Os unicórnios no fim do arco-íris: bissexualidade feminina, identidades e política no Seminário Nacional de Lésbicas e Bissexuais*. Dissertação de Mestrado em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- LEWIS, Elizabeth Sara. “*Não é uma fase*”: construções identitárias em narrativas de ativistas LGBT que se identificam como bissexuais. Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- MacDOWALL, Lachlan. Historicizing contemporary bisexuality. *Journal of Bisexuality*, v. 9, p. 3-15, 2009.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- McINTOSH, Mary. The homosexual role. *Social Problems*, v. 16, n. 2, p. 182-192, 1968.
- MONACO, Helena Motta. “*A gente existe!*”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020a.

- MONACO, Helena Motta. Acolhimento como ativismo: ações de um coletivo bissexual na criação de espaços “monodissidentes”. *Simbiótica*, v. 7, n. 3, p. 228-251, 2020b.
- MONACO, Helena Motta. Entre muros e fronteiras: teorias e epistemologias bissexuais. *Aceno: Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 8, n. 16, p. 91-106, 2021.
- MONEY, John. *Gay, straight and in-between: the sexology of erotic orientation*. Nova York: Oxford University Press, 1988.
- MOSCHKOVICH, Marília. Notas para um materialismo bi-alético. *REBEH*, v. 3, n. 10, p. 109-127, 2020.
- PRECIADO, Paul B. *Testo junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. San Pablo: CLACSO, 2005, p. 107-126.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. *Estudos Feministas*, v. 25, p. 365-373, 2017.
- RUBIN, Gayle. Pensando o sexo. In: RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: UBU Editora, 2017, p. 63-128.
- SALDANHA, Inácio; MONACO, Helena; CRUZ, Beatriz. Bissexualidade, ativismo e produção de saberes: notas introdutórias sobre os estudos e movimentos bissexuais. *Revista Anômalas*, v. 2, n. 2, p. 139-159, 2022.
- SILVA, Tayná Sousa da. Pansexualidade: uma sexualidade monodissidente. *Anais do V Seminário Internacional Desfazendo Gênero*. Campina Grande: Realize, 2021.
- SOMMERVILLE, Siobhan. Scientific racism and the emergence of the homosexual body. *Journal of the History of Sexuality*, v. 5, n. 2, p. 243-266, 1994.

- SONG, Silian; ZHANG, Jianzhi. Genetic variants underlying human bisexual behavior are reproductively advantageous. *Science Advances*, v. 10, n. 1, p. eadj6958, 2024.
- SPHYNX, Vik. Parentesco: monossexualidade é uma troca de plágios. *Bi-Sides*, 20 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bisides.com/post/parentesco-monossexualidade-%C3%A9-uma-troca-de-pl%C3%A1gios>. Acesso em: 30/janeiro/2024.
- STEKEL, Wilhelm. *Bi-sexual love: the homosexual neurosis*. Boston: The Gorham Press, 1922.
- STORMS, Michael D. Theories of sexual orientation. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 38, n. 5, p. 783-792, 1980.
- STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- SURESHA, Ron Jackson; ALEXANDER, Jonathan. Kinsey and the case for bisexual civil rights: an interview with Yale legal scholar Kenji Yoshino. *Journal of Bisexuality*, v. 8, n. 3-4, p. 197-202, 2008.
- VAS, Dani. *Militância como convite ao diálogo: o caso da militância monodissidente*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Experimental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.
- VIEIRA, Amiel Modesto. Trilhas para a intersexofobia. *Caderno Espaço Feminino*, v. 36, n. 1, p. 110-137, 2023.
- WEISS, Jillian Todd. GL vs. BT: the archaeology of biphobia and transphobia within the U.S. gay and lesbian community. *Journal of Bisexuality*, v. 3, n. 3-4, p. 25-55, 2003.

YOSHINO, Kenji. The epistemic contract of bisexual erasure. *Stanford Law Review*, v. 52, n. 2, p. 353-478, 2000.

Texto recebido em 01/02/2024 e aprovado em 09/09/2024